

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Senhores Diretores e ao Conselho Pleno  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.**

A administração da Ordem é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como, controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes.**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Ordem para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião.**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Curitiba, 08 de abril de 2015.**

**AUDICONTROL AUDITORIA E CONTROLE  
CRC-PR 4.269**



**PAULO ROBERTO FRANCESCHI  
CONTADOR CRC-PR-018444/O-2**



## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013.

#### 1 Contexto operacional.

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil. A seção do Paraná foi instalada em 15 de fevereiro de 1932.

#### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), e normas estabelecidas pelo CFC, em conjunto com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para a entidade não há diferenças entre o superávit abrangente do exercício e superávit do exercício. Dessa forma, a entidade apresenta apenas a demonstração do superávit.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações da entidade incluem, portanto, estimativas das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis e notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

#### 3 Principais práticas contábeis adotadas.

##### a) Ativos circulantes.

Os ativos circulantes, quando mensuráveis, e que apresentam possibilidade de liquidação em até um ano estão apresentados pelos seus respectivos valores de aquisição, e quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização na data do balanço, conforme previsto no CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.



**b) Aplicações Financeiras.**

As aplicações financeiras estão apresentadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço, e são imunes da retenção do Imposto de Renda nos termos da legislação vigente.

**c) Provisão para perdas de longo prazo.**

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos, e é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber de anuidades.

**d) Ativo Imobilizado.**

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção líquido de aquisição líquido das depreciações acumuladas até o período. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 levando em consideração a média de vida útil estudada para cada grupo de bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados mediante a comparação dos valores de alienação em contrapartida com o valor contábil e registrados no resultado do período. Pequenos reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

**e) Passivos circulantes e não circulantes.**

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores mensuráveis e conhecidos, e acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas normalmente usuais.

**f) Obrigações estatutárias.**

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre receitas brutas mensais de anuidades. Incluídas as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº 8.906/1994 nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

9

**g) Provisões para Contingências.**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade em conjunto com seus consultores jurídicos.

**h) Apuração do superávit do exercício.**

O procedimento adotado pela Entidade para a apuração do Superávit ou Déficit do exercício social, é o regime de competência para o reconhecimento das despesas e o regime de caixa para reconhecimento das receitas, por entender ser o mais adequado em relação a apresentação das presentes demonstrações financeiras.

**i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.**

A Constituição Federal, no art. 150, parágrafo 2º, lido em conjunto com o art. 45 da Lei Federal 8.906/1994, concede à OAB imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços.

**j) Demonstração de Fluxo de Caixa.**

As demonstrações de fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração de Fluxo de Caixa

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ.**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2014.**
**4 CAIXA E BRANCOS**

	<b>Em reais</b>
Caixa	44.028
Bancos conta movimento	831.425
Bancos conta arrecadação	15.909
<b>Total</b>	<b>891.362</b>

**5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.**

	<b>Em reais</b>
<b><u>Seccional Curitiba:</u></b>	
Caixa Econômica Federal	5.902.556
Caixa Econômica Federal – Fundo Fix - Mútua	21.363
Contas Poupança	2.613
Aplicações Financeiras das Subseções	1.306.392
	<b>7.232.924</b>

**6 ANUIDADES A RECEBER – CURTO PRAZO.**

	<b>Em reais</b>
Anuidades do exercício	5.991.312
Depósitos não identificados	-205.854
Renegociação	473.513
	<b>6.258.971</b>

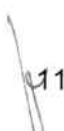
**7 ANUIDADES E MULTAS – LONGO PRAZO.**

	<b>Em reais</b>
Anuidades de advogados a receber de exercícios anteriores	14.111.868
( - ) PDD - Provisão para devedores duvidosos	(9.425.140)
	<b>4.686.728</b>

A Entidade tem registrado no ativo não circulante e no passivo não circulante, os valores de anuidades a receber de advogados, correspondentes aos exercícios anteriores à 2013 e, vencidas até 31 de dezembro de 2013.

Por decisão da diretoria, foi constituída a provisão para devedores duvidosos, com base na expectativa de recebimento dos advogados ativos.

A administração vem intensificando a gestão de recuperação da inadimplência através de ações de cobranças por notificações. Como consequência, observa-se um aumento considerável nas receitas decorrentes de anuidades de exercícios anteriores e multas.





**8 DEPÓSITOS JUDICIAIS – R\$ 141.376.**

Estão incluídos os valores decorrentes de depósitos realizados em juízo para cobertura de ações na qual a Entidade é parte litigante.

**9 IMOBILIZADO.**

	Em reais			
	Líquido			
			2014	2013
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis	23.418.189	(4.846.042)	18.572.147	18.069.415
Terrenos	3.629.147	-	3.629.147	3.629.147
Móveis e utensílios	3.579.726	(1.763.034)	1.816.692	1.880.025
Instalações	253.896	(205.662)	48.234	102.262
Maquinas e aparelhos	1.929.465	(955.779)	973.686	1.046.627
Equipamentos de informática	2.483.670	(1.589.295)	894.375	838.010
Veículos	306.481	(168.009)	138.472	121.349
Outras immobilizações	36.516	(22.757)	13.759	18.123
Construções e reformas - Subseções	78.379	-	78.379	1.146.891
	<u>35.715.469</u>	<u>(9.550.578)</u>	<u>26.164.891</u>	<u>26.851.849</u>

O ativo imobilizado da Entidade está registrado pelo custo de aquisição sendo depreciado de forma linear pelas taxas fiscais admitidas pela Receita Federal as quais a administração acredita serem adequadas em relação à vida útil dos bens baseadas no estudo realizado pela área contábil, a partir da identificação da vida útil de bens existentes na OAB "versus" a sua correspondente depreciação e as taxas admitidas demonstradas a seguir:

Grupo	Vida útil em anos	Percentual depreciação
Móveis e Utensílios	10	10,0%
Máquinas e Equipamentos	10	10,0%
Equipamentos de Informática	5	20,0%
Edificações	25	4,0%
Veículos	5	20,0%

Em virtude dos ativos da Entidade serem constituídos em grande parte de imóveis, a administração estuda a contratação de empresa especializada visando o atendimento referidos no ICPC 10, no que concerne à revisão dos valores de mercado destes bens, sendo que a execução e conclusão deste trabalho deverá ocorrer durante o exercício de 2015.

**10 FORNECEDORES.**

	<u>Em reais</u>
Subseções	30.158
Seccional	<u>415.145</u>
<b>Total</b>	<b><u>445.303</u></b>

**11 OBRIGAÇÕES SOCIAIS.**

	<u>Em reais</u>
INSS	218.630
Outros	<u>1.605</u>
	<b><u>220.235</u></b>

**12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.**

	<u>Em reais</u>
PIS	13.050
IRRF - Assalariados	51.799
ISS	10.584
Retenções Autarquias	<u>14.817</u>
	<b><u>90.250</u></b>

**13 OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS.**

	<u>Em reais</u>
Caixa de Assistência dos Advogados	233.018
Fundo Cultural	7
FIDA	<u>147.271</u>
	<b><u>380.296</u></b>

Em 19 de novembro de 2014, a Entidade recebeu aprovação pelo Conselho Federal da concessão de auxílio financeiro através da conversão de débito de repasses oriundos de anuidades de exercícios anteriores (inadimplência) no Triênio 2013/2015, limitado a R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais) para subsidiar investimentos nas Subseções, não incluindo o compartilhamento normal das anuidades, mediante prestação de contas.

Desta forma, o saldo a repassar de cota estatutária ao Conselho Federal foi reduzido a zero, sendo convertido em receita de "Auxílios Financeiros".





**14 PROVISÕES TRABALHISTAS.**

	<u>Em reais</u>
Férias	547.631
Encargos sobre férias	<u>167.020</u>
	<u><b>714.651</b></u>

**15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA – R\$ 254.849.**

Por decisão da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos, foram provisionados os valores de contingências referente aos processos com possibilidade remota de êxito e é considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

**16 PATRIMÔNIO SOCIAL.**

	<u>Em reais</u>
Superávit acumulado	29.377.923
Superávit do exercício	<u>3.325.423</u>
	<u><b>32.703.346</b></u>

**17 COBERTURA DE SEGUROS.**

A Entidade em 31 de dezembro de 2014 era auto-seguradora dos imóveis das Subseções.

\* \* \*